


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1003384-17.2014.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Anulação de Débito Fiscal**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

**CONCLUSÃO**

Aos 11/06/2014 12:25:42 faço estes autos conclusos ao  
Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.  
subscrevi.

**RELATÓRIO**

**JEUNISSE CURI REMAILI** propõe ação declaratória de inexigibilidade de relação jurídico tributária cumulada com cancelamento de protesto de CDA cumulada com antecipação de tutela cumulada com indenização por danos morais contra **FAZENDA PUBLICA ESTADUAL**. As CDAs dos IPVAs de 2011 e 2012 do veículo indicado na inicial foram contra si protestadas. Todavia, não é contribuinte de tais IPVAs pois efetuou a tradição do veículo a terceiro em 2007. Ademais, a lei que autoriza o protesto de CDA encontra-se eivada de inconstitucionalidade formal. E o protesto, ainda, é desnecessário, diante da liquidez e certeza da CDA e sua aptidão inata à constituição do devedor em mora. O protesto indevido causou-lhe dano moral indenizável. Pede (a) declaração de inexigibilidade dos IPVAs após a tradição em 2007 (b) o cancelamento definitivo dos protestos (c) indenização por danos morais.

A tutela antecipada foi indeferida em primeiro grau (fls. 45/46) e concedida em recurso (fls. 93/95) para a sustação dos efeitos do protesto.

A ré, citada, contestou (fls. 101/120). A autora é responsável pelo pagamento do IPVA. O protesto é lícito e amparado em lei.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

Improcede a ação.

Segundo a prova que instrui a inicial e as alegações trazidas, a autora não é contribuinte, mas é responsável pelo IPVA.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

É incontroverso que a autora não comunicou o órgão de trânsito a respeito da venda efetivada, como exige o art. 134 do CTB.

O art. 128 do CTN autoriza a lei a atribuir de modo expresse a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, desde que vinculada ao fato gerador da obrigação.

No Estado de São Paulo, o art. 4º, III da Lei nº 6.608/89 e o art. 6º, II da Lei nº 13.296/08 atribuem de modo expresse a responsabilidade tributária pelo IPVA ao alienante de veículo que não comunica a venda ao órgão de trânsito no prazo de 30 dias.

O alienante é vinculado ao fato gerador - ainda que não o pratique - pois é o proprietário anterior. E a previsão legal justifica-se por conta do descumprimento de obrigação acessória - comunicar o órgão de trânsito a respeito da venda - inviabilizador e/ou dificultador de se lançar o tributo contra o atual proprietário.

Assim, resulta legítimo o lançamento.

O protesto é legítimo.

Foi efetivado com base no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.492/97, inserido pela Lei nº 12.767/12.

Há interesse processual do fisco em protestar a CDA, e a jurisprudência do STJ, mencionada na inicial, é anterior à vigência da lei acima referida, portanto inaplicável. Tanto que, recentemente, no REsp 1.126.515/PR, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, 2ªT, j. 03/12/2013, foi expressamente admitido o protesto da CDA na vigência da nova lei.

O protesto da CDA é meio legítimo por ser uma maneira menos onerosa e mais célere para ver satisfeito o crédito tributário.

Quanto à alegação de inconstitucionalidade formal da alteração instituída pela Lei nº 12.767/12, cumpre afastá-la, uma vez que a Constituição da República não contém dispositivo que proíba, quando da conversão da medida provisória em lei, o acréscimo de normas sobre temas diferenciados ou sem afinidade com o texto primitivo.

A omissão constitucional é bem explicada pela circunstância de que o projeto da lei de conversão necessita ser sancionado pelo Presidente da República,


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

de modo que o Poder Executivo não necessita, na harmonização dos Poderes, para a proteção de sua independência, de tal garantia.

E, no caso em tela, justamente, o projeto de lei de conversão foi inteiramente sancionado pelo Presidente da República, que acatou, no exercício livre do seu poder político e discricionário de sanção, a inserção introduzida na medida provisória por emenda parlamentar, a despeito da ausência de pertinência temática.

Logo, a afirmação da inconstitucionalidade formal, no caso em tela, não se justifica porque ausente previsão constitucional a ampará-la, e ausente a ofensa à separação dos poderes, sob pena, inclusive, de grave insegurança jurídica.

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a ação e CONDENO a autora nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários, por equidade, em R\$ 724,00.

O ofício para a revigoração do protesto somente deverá ser expedido após o trânsito em julgado, em respeito à decisão proferida pelo E. TJSP. Quer dizer, tendo em vista o decidido na instância recursal, mantém-se a tutela antecipada até o trânsito em julgado. Só trânsito em julgado desta terá o efeito de afastar os efeitos da tutela de urgência.

P.R.I.

São Carlos, 26 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**